

**Denise Goulart Schlickmann**

# **FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS**

**Com a Íntegra das Normas  
Aplicáveis às Eleições no Brasil**

**11ª Edição – 2022  
Revista e Atualizada**

*Prefácio da Ministra Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro*

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9876-4**



**Brasil** – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Schlickmann, Denise Goulart.

S344 Financiamento de campanhas eleitorais./ Denise Goulart  
Schlickmann./ 11ª edição./ Curitiba: Juruá, 2022.  
840p.

1. Campanha eleitoral – Financiamento. I. Título.

00099

CDD 342.07  
CDU 342.8

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo I PODER POLÍTICO E PROCESSOS ELEITORAIS.....</b>	<b>29</b>
1.1 O exercício do poder político e o princípio da representação .....	29
1.2 O sufrágio, os sistemas eleitorais e o regime político .....	32
1.3 O instituto da democracia representativa e os direitos políticos .....	33
1.4 Os partidos políticos e o procedimento eleitoral.....	33
1.5 O direito eleitoral e o sistema eleitoral brasileiro .....	35
1.6 A experiência internacional ao legislar sobre o financiamento das campanhas eleitorais .....	37
1.7 Breve histórico da evolução legislativa brasileira.....	39
<b>Capítulo II A EVOLUÇÃO DAS NORMAS QUE REGERAM O FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS NO BRASIL DAS ELEIÇÕES DE 1994 ÀS ELEIÇÕES DE 2022 .....</b>	<b>43</b>
2.1 Realização e pagamento de despesas – dívidas e sobras de campanha.....	43
2.1.1 Responsabilidade pelas despesas.....	43
2.1.2 Dívidas de campanha .....	45
2.1.3 Sobras de campanha.....	58
2.2 Constituição e registro de comitês financeiros .....	74
2.3 Contas bancárias.....	88
2.3.1 Obrigatoriedade de abertura .....	90
2.3.2 Partidos políticos.....	131
2.3.3 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – as normas da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil sobre contas bancárias .....	136
2.3.4 Súmula 16 do Tribunal Superior Eleitoral.....	148
2.4 Administração financeira de campanha e responsabilidade pelas informações prestadas à Justiça Eleitoral .....	150
2.5 Arrecadação de recursos.....	158
2.5.1 Período .....	158
2.5.2 O requisito da solicitação do registro .....	171

2.5.3	Espécies de recursos em campanha .....	172
2.5.3.1	Captação de recursos pela internet.....	185
2.5.3.2	Cartão de crédito.....	191
2.5.3.3	Financiamento coletivo.....	200
2.5.4	Fontes de arrecadação .....	209
2.5.4.1	Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)....	255
2.5.5	Período final para o recebimento de doações .....	267
2.5.6	Limites de doação .....	271
2.5.7	Vedações .....	301
2.5.8	Recursos de origem não identificada.....	318
2.5.9	Comercialização de bens e serviços .....	324
2.6	Aplicação de recursos.....	331
2.6.1	Gastos eleitorais .....	331
2.6.2	Gastos realizados por candidatos e comitês financeiros em benefício de outros candidatos e comitês financeiros.....	366
2.6.3	Gastos pessoais .....	373
2.6.4	Limite de gastos .....	379
2.6.5	Alteração do limite de gastos .....	400
2.7	Documentos.....	406
2.7.1	Bônus e Recibos Eleitorais.....	406
2.7.2	Conversão de recursos próprios em recibos eleitorais.....	426

### **Capítulo III A EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA À JUSTIÇA ELEITORAL E SUA EFICÁCIA NO PERÍODO 1994-2022.....431**

3.1	Prestação de contas.....	431
3.1.1	Procedimentos de elaboração.....	431
3.1.2	Prestação de contas simplificada.....	437
3.1.3	Documentação comprobatória.....	444
3.1.4	Conservação da documentação comprobatória .....	463
3.1.5	Prazo para prestação de contas.....	468
3.1.6	Obrigatoriedade.....	481
3.1.7	Responsabilidade pela elaboração .....	499
3.1.8	Atribuições do comitê financeiro na prestação de contas.....	502
3.1.9	Formalização.....	505
3.1.10	Recebimento da prestação de contas.....	533

3.1.11	Processamento da prestação de contas .....	540
3.1.12	Informatização .....	569
3.2	Exame das prestações de contas pela Justiça Eleitoral e procedimentos técnicos de auditoria .....	574
3.2.1	O julgamento pela não prestação de contas e as consequências da omissão no dever de prestar contas .....	609
3.2.2	Consequências da desaprovação de contas.....	631
3.2.3	Consequências do julgamento das contas pela aprovação com ressalvas.....	641
3.2.4	Consequências do recebimento de recursos de fonte vedada, origem não identificada e má aplicação ou não comprovação de utilização de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha .....	642
3.3	Prestação de contas durante a campanha .....	648
3.4	Fiscalização durante o processo eleitoral.....	665
3.5	Infração às normas que regem a administração financeira da campanha e crimes eleitorais .....	682
3.5.1	O novo conceito de quitação eleitoral .....	702
3.5.2	Crimes eleitorais .....	710
3.5.3	Natureza judicial ou administrativa dos processos de prestação de contas e o cabimento de recursos .....	714
3.6	Financiamento público de campanha.....	720
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>723</b>
<b>ÍNTEGRA DAS NORMAS PARA AS ELEIÇÕES DE 2022 .....</b>		<b>735</b>
1	LEI 9.504, DE 30.09.1997 – DISPOSITIVOS APLICÁVEIS.....	735
2	RESOLUÇÃO TSE 23.607, de 17.12.2019 – ATUALIZADA PELA RESOLUÇÃO TSE 23.665, de 09.12.2021 .....	747
3	INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA RFB/TSE 2001, DE 29.12.2020 – ALTERADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA RFB/TSE 2068, de 07.03.2022.....	796
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>799</b>
<b>ANEXO .....</b>		<b>805</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>		<b>829</b>